

RELATOS DA COMISSÃO PAULISTA DE ESTUDOS PARA PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS TRANS* NOS EVENTOS UNIVERSITÁRIOS¹

Harian Pires Braga,

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Agnes Lemos,

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

André Ramos Rocha e Silva,

Federação Universitária Paulista de Esporte (FUPE)

Beatriz Braidoti,

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Nathália Mayume Fukase,

Universidade Estadual Paulista (USP)

Alexandre Slowetzky Amaro,

Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

RESUMO

Este trabalho relata ações trabalhos da Comissão Paulista de Estudos para Participação de Atletas Trans. Nas discussões e nos estudos da Comissão, dialogou-se com o movimento de inclusão no esporte, de corpos não binários. Entre as discussões apresentadas, destaca-se a importância de debater o esporte universitário para além da lógica do alto rendimento, de permitir a participação ativa de outros personagens sociais e de questionar visões marcadas por preconceitos de gênero. A Comissão apresentou proposta de ampliar as discussões para nível nacional, legitimar a autodeclaração e manter a mobilização para debater os desdobramentos das medidas inclusivas.*

PALAVRAS-CHAVE: Atletas trans*; Inclusão; Esporte universitário

INTRODUÇÃO

A participação de atletas trans* em eventos esportivos tornou-se pauta de importantes nos últimos anos. Em 2003, o Comitê Olímpico Internacional (COI) autorizou a participação de atletas trans* em grandes eventos esportivos e, agora, nos Jogos Olímpicos de Tóquio

¹ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

2020, teremos a participação da primeira atleta trans*, a levantadora de peso neozelandesa Laurel Hubbard. No Brasil, o tema ganhou destaque midiático em 2017, quando a equipe de voleibol feminino do Sesi/Bauru contratou a atleta trans* Tiffany Abreu.

A despeito dos avanços na legislação esportiva, para garantir a participação de atletas trans* no alto rendimento e do aumento no número de participantes, a temática ainda está longe de ser um consenso entre entidades esportivas, especialistas, atletas e a opinião pública. Marcos da resistência à participação de atletas trans* podem ser vistos no PL n.º 346/2019, do deputado Alteir Moraes (REPUBLICANOS), na Assembleia Legislativa de São Paulo; e no PL n.º PL 3396/2020 da Bia Kicis (PSL-DF), na Câmara Federal dos Deputados.

No início de 2021, a Confederação Brasileira Desportiva Universitária (CBDU), formou uma comissão para elaborar parecer sobre o tema, regulamentando a participação de atletas trans* nos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs). No âmbito estadual, a Federação Universitária Paulista Esportiva (FUPE), em decorrência dessa ação nacional, formou a Comissão Paulista de Estudos para Participação de Atletas Trans*, que discutiu e elaborou um documento norteador para os seus eventos estaduais. Cabe frisar que fora do escopo federativo, as Associações Atléticas Acadêmicas, em suas competições ordinárias já adotou processos avançados de legitimar a participação trans*.

OBJETIVO

Apresentar o modelo de trabalho adotado pela comissão para discutir a participação de atletas trans* no esporte universitário e os resultados alcançados.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Apresentar como a comissão foi constituída e seu cronograma de trabalho

Caracterizar as dimensões do esporte universitário no Brasil

Resultados práticos alcançados pela comissão

MÉTODO

Este trabalho caracteriza-se como um relato de caso em que são apresentadas as etapas do processo de constituição da Comissão Paulista de Estudos para Participação de Atletas Trans* no esporte universitário em São Paulo, seu processo de trabalho e seus resultados.



CONBRACE
CONICE 2021
DE 12/09 A 17/12

Educação Física e
Ciências do Esporte
no tempo presente:

Defender Vidas,
Afirmar as Ciências

REUNIÕES

As reuniões da comissão aconteceram durante o período de 4 de março de 2021 à 5 de abril de 2021, duas vezes por semana (às segundas-feiras e quintas-feiras), das 20h00 às 21h30 e que totalizaram 8 encontros. Além dos membros da Comissão, interlocutoras e interlocutores que vivenciam o debate no esporte, pela pesquisa e pela prática foram ouvidos para embasamento do relatório final. A comissão trabalhou com os seguintes pontos: contextualização do esporte universitário e seus atores; legitimação de falas por meio do convite de pesquisadores, estudantes, estudantes-atletas, atletas e ativistas da causa trans*; levantamento das ações e documentos já desenvolvidos no esporte universitário sobre causa trans*; produção de conteúdo midiático e acadêmico para disseminar informação sobre a temática; concretização de ações que impactem na participação de estudantes-atletas universitários trans*.

ESPORTE UNIVERSITÁRIO

Como citado anteriormente, nos primeiros encontros buscou-se contextualizar o esporte. Com base na Lei 9.615/98, em seu artigo 3º, compreende-se que o esporte pode desenvolver-se sob um prisma

“**Educacional**, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer; **de participação**, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente; **de rendimento**, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações e; o **de formação**, caracterizado pelo fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição” (BRASIL, 1998).

Diante disso, discute-se qual a principal característica do esporte universitário? Prenotando-se que se trata de uma manifestação desportiva não profissional por excelência e com traços marcantes enquanto esporte educacional e de participação. Empiricamente, observa-se que um grande número de atletas universitários nunca teve contato com o esporte



para além dos limites das aulas de Educação Física Escolar. A maior parte dos estudantes, não busca o esporte com fim profissional, mas sim a integração dentro do próprio ambiente acadêmico. Para esse fim, o esporte universitário na dimensão formação, educação e participação, democratiza e universaliza o acesso ao esporte e ao lazer, além de fortalecer a identidade cultural esportiva.

Entretanto, não se exclui o traço de esporte de rendimento que o esporte universitário possa vir a atingir. Existem sim, competições em que o mais alto nível do esporte é almejado e buscado. Tem aumentado o número de Instituições de Ensino Superior (IES) que possuem departamentos esportivos profissionais e que utilizam do esporte como estratégia de divulgação da sua marca. Uma prática comum entre essas IES são os contratos de parceria com clubes esportivos, parcerias com o setor público e iniciativas privadas, em que seus atletas recebem bolsa para cursar o ensino superior e representar a instituição em competições esportivas, muitas vezes, não apenas em categoria universitária. Assim, o esporte universitário é uma expressão múltipla.

DISCUSSÕES

É mister colocar a carta do COI sob perspectiva: os Jogos Olímpicos são a expressão máxima do esporte de alto rendimento. Pouquíssimos são os atletas que participam de uma Olimpíada, de tal forma que há regras bastante estritas relativas ao controle fisiológico de absolutamente todas/os as/os atletas nele envolvidas/os. A título exemplificativo, menciona-se a política antidoping do COI, documento extenso que traz um complexo regramento de definições de substâncias dopantes, frequência de testes, investigações e análises.

É notável que as políticas do COI se baseiam na necessidade de regulamentação do mais alto nível do esporte de rendimento, o chamado “topo da pirâmide”. Com isso, questiona-se: essas políticas são ou deveriam ser aplicáveis ao esporte universitário – o qual, repita-se, tem caráter múltiplo, com ênfase educacional e de participação. Nas reuniões da Comissão foi realizada a escuta com atletas universitários campeões nacionais, classificados para campeonatos internacionais, e que não passaram pelo mesmo tipo de exame clínico de dopagem proposto pelo COI ou mesmo pela Agência Mundial Antidoping (WADA).

Não se pode seguir parcialmente a cartilha do COI: ou não se adotam suas recomendações quanto ao controle fisiológico-hormonal de atletas, ou se adotam-nas em sua

integralidade. Nessa última hipótese, ressalta-se a importância de se fornecer os meios para realizar esse controle: a transição hormonal já é, per se, um procedimento caro com o qual nem todos os atletas universitários podem arcar. A adição de um requerimento de controle rigoroso pelo extenso lapso de um ano, sem qualquer tipo de fomento, atuará como uma nova forma de exclusão, afastando-se do objetivo principal do esporte universitário.

É preciso ainda compreender que há uma diferença entre o que se considera doping (ação consciente para melhoria de rendimento esportivo) e a reposição hormonal de pessoas trans* (tratamento médico de longo prazo e com mudanças fisiológicas e psicológicas). Deve-se pensar que “uma vez que estamos abordando corpos mutáveis e biologicamente alterados, não em uma espécie de doping, mas sim em uma reestruturação endócrina da composição hormonal, muscular e motora.” (CASTRO, GARCIA, PEREIRA, 2020). O objetivo aqui não se pauta em trapacear em competições esportivas, mas sim em buscar uma realização pessoal de autoestima e autoidentificação com o próprio corpo segundo sua identidade de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões feitas pela Comissão, foram pautadas medidas que devem ser encaminhadas não apenas pela FUPE, mas pelo movimento do esporte universitário como um todo, em nível nacional. Parte dessas medidas são de ordem burocrática, imediata, como a criação de uma “Ficha de Autodeclaração” para inscrição nas competições, não havendo necessidade de outra medida comprobatória, bem como garantindo o espaço do “Nome Social”. Outras são de caráter estrutural, de médio e longo prazo, como o fomento à discussão nacional e a manutenção de um coletivo para acompanhamento da questão de inserção de atletas trans* no esporte universitário, em nível nacional e estadual.



CONBRACE
CONICE 2021
DE 12/09 A 17/12

Educação Física e
Ciências do Esporte
no tempo presente:

Defender Vidas,
Afirmar as Ciências

REPORTS FROM THE PAULISTA STUDY COMMITTEE FOR THE PARTICIPATION OF TRANS* ATHLETES IN THE EVENTS COLLEGE STUDENTS

ABSTRACT

This paper reports the actions of the São Paulo Studies Commission for the Participation of Trans Athletes. In the discussion and study of the Commission, there was a dialogue with the movement of inclusion in sport, of non-binary bodies. Among the discussions presented, there is the importance of debating university sports beyond the logic of high performance, allowing the active participation of other social characters and questioning views marked by gender bias. The Commission presented a proposal to expand the discussions to the national level, legitimize the self-declaration and maintain the mobilization to debate the consequences of the inclusive measures.*

KEYWORDS: *Trans* athletes; Inclusion; college sport*

INFORMES DEL COMITÉ DE ESTUDIO PAULISTA PARA LA PARTICIPACIÓN DE ATLETAS TRANS * EN LOS EVENTOS ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS

RESUMEN

*Este trabajo informa las acciones de la Comisión de Estudios de São Paulo para la Participación de Atletas Trans *. En la discusión y estudio de la Comisión, hubo un diálogo con el movimiento de inclusión en el deporte, de organismos no binarios. Entre las discusiones presentadas, se destaca la importancia de debatir el deporte universitario más allá de la lógica del alto rendimiento, permitiendo la participación activa de otros personajes sociales y cuestionando visiones marcadas por sesgos de género. La Comisión presentó una propuesta para ampliar las discusiones a nivel nacional, legitimar la autodeclaración y mantener la movilización para debatir las consecuencias de las medidas inclusivas.*

PALABRAS CLAVES: *Atletas trans *; Inclusión; deporte universitario*



REFERÊNCIAS

CASTRO, P. GARCIA, R. PEREIRA, E. O voleibol e a participação de atletas trans: outro ponto de vista. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 32, n. 61, p. 01-22, jan.-mar., 2020. Acesso em 29 mar 21. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2020e62806/43014>>.

COACCI, T. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. **História Agora**, Santa Maria, v. 1, p. 134-161, 2013.

GARCIA, R. PEREIRA, E. Ressignificações no esporte através da performance de Tiffany Abreu. **E-legis**, Brasília, Número Especial – Pesquisas e Políticas sobre Esporte, nov. 2018, ISSN 2175.0688.

GARCIA, R. PEREIRA, E. Transsexuality and Sport: The Brazilian Case of Tiffany Abreu. **Educación Física y Deporte**, Buenos Aires, Argentina. n.39, v.2, 2020. DOI: <http://doi.org/10.17533/udea.efyd.v39n2a03>.

GARCIA, R. PEREIRA, E. A opinião de atletas e treinadores de voleibol sobre a participação de mulheres trans. **Revista Movimento**, Porto Alegre. v.26, jan./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.101993>.

GIULIANO, C.; PITTA, R. M. *O que é o Doping? Hospital Israelita Albert Einstein*. 30 jan 2018. Disponível em: <<https://www.einstein.br/noticias/noticia/o-que-e-o-doping>> Acesso em 29 mar 2021.

SILVEIRA, V. VAZ, A. Doping e controle de feminilidade no esporte. **Cadernos Pagu**, Campinas n.42, p. 447-475, jan./jun de 2014.

VERGUEIRO, V. Pela descolonização das identidades trans*. In: **VI Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH**, 2012, Salvador, BA. VI Congresso Internacional, 2012.

TESSAROLO, G.R. *As controvérsias da inclusão de transgêneros no esporte*. Trabalho de Conclusão de Curso em Direito. Repositório Unicesumar.:Maringá-PR. 2019. Disponível em: <<http://rdu.unicesumar.edu.br/handle/123456789/5160>> Acesso em: 29 mar 2021.